



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011593-07.2005.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Luiz Gustavo da Rocha**
 Requerido: **Condominio Edificio Professora Benedicta S Sodre**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LUIZ GUSTAVO DA ROCHA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Condominio Edificio Professora Benedicta S Sodre, também qualificada, a qual foi julgada procedente, tendo o autor sido condenado a pagar ao réu o valor das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Transitada em julgado a decisão, a ré apresentou conta de liquidação no valor de R\$ 1.189,01, datada de fevereiro de 2013., contra a qual o autor se insurgiu opondo impugnação na qual alega excesso de execução porquanto a credora tenha direito à execução tão somente dos honorários advocatícios e custas do processo, de modo que a dívida deveria totalizar R\$ 266,87 na data da liquidação.

A impugnação foi indeferida liminarmente por não estar a execução garantida pela penhora, a qual veio a ser regularizada a partir de depósito que o autor/executado havia realizado nos autos ainda na fase de conhecimento, seguindo-se reiteração dos termos da anterior impugnação, pelo autor/executado.

O credor não respondeu.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à credora, razão assiste ao devedor/impugnante, pois que a sentença executada expressamente indicou apenas a sucumbência como crédito passível de execução nestes autos.

A pretensão do réu/exequente em incluir também o valor da multa de R\$ 260,00 que foi objeto da discussão na ação julgada improcedente excede os limites do título, configurando, assim, excesso de execução, razão pela qual acolhe-se a impugnação para limitar a execução ao valor da sucumbência, que como bem apontado pelo autor/executado/impugnante, é de R\$ 100,00 e foi liquidada, às fls. 170, em R\$ 295,98.

Como o depósito que serviu à penhora já se encontrava nos autos, tem valor suficiente para pagamento da dívida e antecede à intimação para pagamento, descabe a multa de 10% do art. 475-J.

Admite-se, assim, que o réu/credor atualize o valor de R\$ 295,98 desde fevereiro de 2013, aplicando correção monetária pelo índice do INPC, apenas, porquanto, como dito, o depósito já se encontrava nos autos, não admitindo novos juros de mora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Observe-se mais que, “*Interposta impugnação, há forçosa condenação do vencido a pagar custas e honorários advocatícios de sucumbência do agora incidente, porque terá exigido trabalho do profissional do litigante vencedor (cf. AI nº 990100687670 - 28ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/04/2010 ¹)*”, de modo que caberá ao réu/impugnado arcar com o pagamento de honorários advocatícios de 10% do valor que foi diminuído em relação à dívida, atualizada.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a impugnação oposta por Condomínio Edifício Professora Benedicta S Sodre na execução que lhe move a credora/impugnada LUIZ GUSTAVO DA ROCHA e em consequência **dou por liquidado o título executivo judicial pelo valor de R\$ 295,98** (*duzentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos*), sobre o qual admite-se o acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de fevereiro de 2013 e até a data do efetivo pagamento, e CONDENO o credor/impugnado ao pagamento de honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor diminuído em relação à dívida, atualizado.

Aguada-se, assim, nova conta do credor.

P. R. I.

São Carlos, 11 de setembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ www.esaj.tj.sp.gov.br.